

# A IMPORTÂNCIA HISTÓRICA DOS MANUSCRITOS DA BIBLIOTECA PÚBLICA DE ÉVORA O EXEMPLO DA CORRESPONDÊNCIA DE FREI MANUEL DO CENÁCULO

FRANCISCO A. LOURENÇO VAZ

Universidade de Évora/Departamento de História

CIDEHUS-UÉ/FCT

A Biblioteca Pública de Évora foi fundada em 1805 por iniciativa do arcebispo D. Frei Manuel do Cenáculo, que desde início exigiu que ela estivesse aberta ao público. Trata-se, portanto, de uma instituição bicentenária e é uma das mais importantes bibliotecas de Portugal, quer pela coleção bibliográfica que possui, quer por ter sido uma das primeiras a abrir as suas portas aos leitores. De facto, os Estatutos de 1811 passaram a garantir a leitura presencial, para todos os que quisessem, em três dias da semana. A biblioteca assegurou ao longo do século XIX a leitura a um público maioritariamente cidadão constituído essencialmente por estudantes<sup>1</sup>.

Com este trabalho procede-se a uma análise a uma parte substancial da coleção dos manuscritos, coligidos e reunidos pelo fundador da Biblioteca, catalogados pelos bibliotecários e colocados desde início ao serviço dos leitores. Utilizámos como ponto de partida os resultados conseguidos com um projeto concluído em 2009, em torno de dois fundos importantes, o Diário de Frei Manuel do Cenáculo e a correspondência, as numerosas cartas que lhe enviaram diferentes personalidades, as cópias e rascunhos das que o próprio Cenáculo escreveu e que na sua grande maioria se encontram na coleção da Biblioteca Pública de Évora.

---

<sup>1</sup> Publicámos em 2012 uma versão em língua inglesa deste trabalho na *Revista História Autónoma*, nº 1, 89-106. Nesta nova versão, em português, acrescentámos em apêndice algumas das cartas que ilustram o valor histórico deste tipo de fontes, particularmente, as suas potencialidades parara estudos transdisciplinares e a nível da micro-história.

## 1. OS MANUSCRITOS DA BIBLIOTECA PÚBLICA

Os fundos bibliográficos iniciais da Biblioteca de Évora eram provenientes dos livros deixados por D. Frei Joaquim Xavier Botelho de Lima e pelos muitos milhares que o próprio Frei Manuel do Cenáculo trouxe de Beja. É também sabido que o espólio de Frei Manuel do Cenáculo não se limitava aos livros e que a biblioteca recebeu outras preciosidades da coleção, que o bispo reuniu ao longo da vida, constituída pelo monetário, produtos naturais, pinturas e peças arqueológicas, as antiguidades, como então se dizia<sup>2</sup>.

Relativamente aos livros impressos e manuscritos, numa carta dirigida ao Príncipe Regente Cenáculo indica 40.000 volumes. O juiz do inventário *post mortem*, José António de Leão, avaliou a coleção de livros em 50.000 volumes. O mesmo número apontou José Silvestre Ribeiro, incluindo nele os livros já existentes no paço episcopal. Contudo, segundo Túlio Espanca o fundo original da Biblioteca era constituído por 25.000 volumes impressos e manuscritos, de doação particular de Cenáculo e por mais 2.314 livros deixados no Paço pelo prelado antecessor, D. Frei Joaquim Botelho Lima (Espanca, 1981-1982 e Vaz, 2006).

Perante a diversidade dos números apontados, e atendendo a que estamos numa época em que a estatística, então designada Aritmética Política, estava a dar os primeiros passos, é muito difícil com os dados recolhidos e, sobretudo, porque não existe um catálogo sistemático dos fundos bibliográficos, chegar a um número exato. Como mera hipótese de trabalho, pensamos que os números avançados por Cenáculo são os mais credíveis e que não contrariam o inventário *post-mortem*. Estes números são também confirmados por Cunha Rivara.

Saiba-se pois que a grande biblioteca de Évora, fundação do insigne arcebispo D. Frei Manuel do Cenáculo contem 50.000 volumes impressos, pela maior parte muito seletos. Contém 2.000 e tantos códices manuscritos muito preciosos e bastante raros, e alguns únicos e originais, contem uma rica coleção de medalhas e moedas que não desce de 5 para 6.000 e uma bela galeria de pinturas de mais de 300 painéis, um pequeno e curioso museu de produtos da natureza, de raridades de arte e monumentos da antiguidade<sup>3</sup>.

Também Augusto Simões, ao referir-se ao tempo em que Cunha Rivara iniciou as suas funções de bibliotecário, escreve:

---

<sup>2</sup> Relativamente ao monetário, o próprio arcebispo deixou um inventário que atesta a sua importância e valor. Cf. Vaz (2006: 63).

<sup>3</sup> Cf. Rivara (Cerico, 2007: 88-89). Nesta e nas restantes citações actualizámos a ortografia, mantendo a grafia original apenas nos títulos das obras.

Continha a biblioteca para cima de trinta mil volumes impressos, perto de dois mil códices manuscritos, livros iluminados, pinturas e outras obras de arte e da natureza, algumas de inestimável valor. Apenas alguns livros estavam catalogados. Faltava classificar e catalogar os restantes, inventariar os manuscritos, ordenar as coleções<sup>4</sup>

Portanto, Augusto Simões corrobora números próximos aos de Cunha Rivara e do juiz do inventário de Cenáculo. Uma coisa é indiscutível: a grande dimensão e valor do espólio deixado por Frei Manuel do Cenáculo.

Para uma melhor perceção da raridade e dimensão da coleção bibliográfica, podemos referir a valiosa coleção de bíblias e comentários bíblicos, que já em anterior trabalho inventariámos e descrevemos, onde avultam as bíblias políglotas, em latim hebraico, caldeu e árabe, as versões da *vulgata*, ou traduções bíblicas em espanhol, português, etíope, inglês e alemão (Vaz, 2006: 70-73).

A organização e catalogação dos fundos manuscritos foram obra do bibliotecário Cunha Rivara, que exerceu as suas funções entre 1838-1855. O seu Catálogo *dos Manuscritos da Biblioteca Pública de Évora* recebe o aplauso da historiografia e ainda hoje é uma referência obrigatória para a consulta de cimélios (Cerico, 2007).

Num primeiro volume reuniu todos os documentos que se referiam ao Ultramar, ou seja, América, Ásia e África, constituindo uma obra de 400 páginas. O segundo volume saiu em 1868 e compreendia a Literatura, tendo o bibliotecário adotado a classificação de Brunet, distribuindo os papéis catalogados na Literatura em nove secções: Gramática, Retórica e Oratória, Poética, Arte Dramática, Epistolografia, Mitologia, Facécias e Novelas, Diálogos e Filologia. O volume compreende mais de 700 páginas, sendo a secção de Epistolografia a mais vasta, uma vez que só a correspondência dirigida a Frei Manuel do Cenáculo ocupa mais de 200 páginas. O terceiro volume compreende a História e o quarto contém as notícias dos códices e papéis relativos às Ciências, Artes e Ofícios.

Tratámos com pormenor, no projeto de investigação já referido, o fundo da correspondência do Bispo de Beja e depois Arcebispo de Évora; quer os milhares de cartas que recebeu dos correspondentes nacionais e internacionais, quer da própria correspondência de Cenáculo, as cartas e outros documentos de que deixou rascunhos e cópias feitas por ele próprio ou pelo secretário. Resumimos no quadro seguinte os números relativos a correspondência e diário, que analisamos e catalogámos.

---

<sup>4</sup> Cf. Augusto Simões (Vaz, 2006: 69).

## QUADRO 1 – Os Manuscritos de Cenáculo

BASES	Nº DE DOCUMENTOS CATALOGADOS	TRANSCRIÇÕES
Cartas do Catálogo de Gusmão	4269	176
Cartas e outros documentos inéditos de diversos correspondentes	1612	308
Cartas e outros textos Autógrafos de Cenáculo (incluindo diário)	1134 <sup>5</sup>	248
<b>Totais</b>	7002	732

(Fontes: Gusmão, 1944; Vaz, 2009)

O catálogo de Armando Gusmão manteve a ordenação que Cunha Rivara e Teles de Matos tinham adoptado para descrever a correspondência dirigida a Frei Manuel do Cenáculo, ou seja, apresenta as cartas por correspondente e por ordem alfabética. Apesar de não ter catalogado todos os correspondentes, é uma obra notável pela quantidade de documentos resumidos e transcritos. O valor histórico foi apontado pelo bibliotecário como determinante para a sua realização, destacando que as cartas revelam as diligências de Cenáculo para adquirir obras para as bibliotecas portuguesas (Gusmão, 1944: 15)<sup>6</sup>. Não nos diz qual foi o critério das transcrições feitas, mas uma simples análise revela o lugar privilegiado dado aos róis de livros, cartas de livreiros e agentes de Cenáculo. Uma grande percentagem das transcrições é de correspondentes estrangeiros (70 transcrições, 40% do total).

Demos continuidade ao catálogo de Gusmão, resumindo as cartas dos correspondentes que ele não catalogou, e transcrevendo os documentos que consideramos importantes para a História do Livro e das Bibliotecas nacionais. Do mesmo modo, catalogámos as cartas e outros documentos de Cenáculo, que se encontram na Biblioteca de

<sup>5</sup> Neste número incluem-se as cartas que se encontram na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal.

<sup>6</sup> "Nesta correspondência se toma conhecimento das somas fabulosas que despendeu para enriquecer ou criar as Bibliotecas portuguesas, mandando vir dos principais pontos da Europa, tudo o que de melhor aparecia, impresso e manuscrito" (Gusmão, 1944, 1: 15).

Évora, Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa e Biblioteca Nacional, e transcrevemos os que considerámos importantes. Com esse trabalho, analisámos também a importância da correspondência do Bispo de Beja para manter uma rede de agentes que lhe proporcionavam estar a par das novidades literárias e adquirir obras para a sua colecção (Vaz, 2009). Procuremos agora reforçar essa ideia e ver como essas cartas constituem também uma fonte importante para outros domínios da História, da Literatura e da Pedagogia.

## 2. O EXEMPLO DA CORRESPONDÊNCIA

Tomamos como exemplo dois importantes fundos da epistolografia cenaculana, que não foram catalogados por Armando de Gusmão e, por isso, têm passado despercebidos à historiografia. Trata-se das cartas que Joaquim José da Costa Sá e Alexandre Faria Manuel escreveram ao Bispo de Beja. Em ambos os casos, comprovam um dos traços característicos deste tipo de documentos, trata-se de correspondência que se norteia pelo estabelecimento de relações clientelares, bem características das sociedades pré-industriais (Burke, 1980, 68-70). O patrono dá benesses que podem ser mesmo pecuniárias, ou acesso a cargos remunerados, patrocínios para publicação de obras, e outros. Em troca, o cliente presta favores que sabe serem do agrado do patrono: envia livros, faz de intermediário em transações e demonstra, por atos e palavras, o seu agrado. Nos momentos de aflição não se coíbe de apelar para a generosidade do patrono. Relativamente a este último aspeto, anote-se no seguinte passagem de uma carta de Joaquim Sá:

Remeto a *Introdução dos Anais Literários*, como havia prometido a Vossa Excelência Reverendíssima, e não vai ainda o Morellio<sup>7</sup>; [...] Sendo do agrado de Vossa Excelência Reverendíssima, e cabendo na possibilidade desejara a Vossa Excelência Reverendíssima desse a António José Correia seis moedas e meia do Pertence, que me fez Rolland, para ele tirar o anel de José, para se vender; pois necessita: Sinto nas minhas entranhas falarmos nisto a Vossa Excelência Reverendíssima, e não é justo que Vossa Excelência Reverendíssima a nosso respeito tenha incómodos; pois assaz devemos muitos benefícios, e muitos favores, e graças a Vossa Excelência Reverendíssima. De Pertence de Rolland tenho recebido de Vossa Excelência Reverendíssima 144\$000 réis, e vem a restar do mesmo Pertence 139\$164 réis, que fazem ambas as quantias a soma de 283\$164 réis, que é o total do mesmo Pertence<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> Trata-se do autor Iacobo Morellio, autor de catálogos de códices latinos e de obras sobre antiguidades clássicas. A obra em causa poderá ser: *Codices manuscripti Latini Bibliothecae Naniaene a Iacobo Morelli relati*, Veneza, 1776.

<sup>8</sup> Carta de 8 de Junho de 1781, BPE, BPE, CXXVIII / 1-1, fl. 65.

A etiqueta e forma elogiosa presente no tratamento repetido vezes sem conta, “Excelência Reverendíssima”, bem como no formulário presente no fim de cada uma das missivas, faz parte do ritual em que o cliente demonstra por palavras todo o seu respeito, fidelidade e subordinação<sup>9</sup>. Há, portanto, um interesse recíproco em manter uma correspondência regular e este meio de comunicação contribui para o estreitar desse clientelismo sendo, no contexto político de finais de antigo regime, um dos traços estruturantes da sociedade.

## 2.1. AS CARTAS DE JOAQUIM SÁ A FREI MANUEL DO CENÁCULO

Começemos a nossa análise pelo primeiro correspondente. Joaquim José da Costa Sá (1740-1803) foi professor régio de Gramática Latina e um dos latinistas mais conceituados, tal como o seu mestre, António Pereira de Figueiredo. No tempo de Pombal, pela mão de Frei Manuel do Cenáculo, exerceu o cargo de professor régio de Latim no Colégio dos Nobres, cargo que lhe viria a ser retirado em finais de 1777, no contexto da mudança política ocorrida com D. Maria I, como se lamentará em carta ao seu protetor<sup>10</sup>. Foi sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e nomeado Oficial da Secretaria dos Negócios da Marinha e Ultramar em 11 de Fevereiro de 1799. Casou com D. Ana do Nascimento Rosa de Oliveira Villas-Boas, prima de Cenáculo, e deixou oito filhos. Além desta numerosa prole, deixou outra também numerosa de obras literárias, em que sobressaem as traduções de clássicos: Horácio, Fedro, Cícero, Terêncio e Virgílio; bem como dicionários de italiano e de francês, obras de instrução pedagógica, lições de latim, a *Instrução cristã* e uma obra de carácter “físico”, que versa um dos temas que na época despertava a curiosidade lisboeta: *Nouvelles aerologiques* (Lisboa, 1784). Foi ainda autor do *Plano de estudos para o governo e direcção da Academia Real da Marinha e Commercio novamente creada na cidade do Porto*, que lhe foi encomendado pelo Ministro da Marinha, D. Rodrigo de Sousa Coutinho mas, como diz Inocêncio da Silva, o plano não chegou a ser adoptado (Silva, 1858-1923: 97- 102).

Joaquim José da Costa Sá escreveu 117 cartas ao Bispo Cenáculo, acompanhadas por vezes com outros documentos, e todas datadas de Lisboa entre 1775-1802<sup>11</sup>. Nessas cartas,

---

<sup>9</sup>Praticamente todas as cartas de Alexandre Faria Manuel terminam com a seguinte etiqueta: *Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor/ De Joelhos/ Beija a mão de Vossa Excelência/Seu mais humilde Criado/Alexandre Ferreira de Faria Manoel*. Carta de 27 de Novembro de 1772, BPE, CXXVIII 1-10, fl. 128. As cartas de Joaquim Sá têm como final: *Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo Presidente/ De Vossa Excelência Súbdito o mais reverente e obrigado/Joaquim José da Costa e Sá*. BPE, CXXVIII / 1-1, fl. 3.

<sup>10</sup> Carta de 18 de Dezembro de 1777, BPE, CXXVIII / 1-1, fl. 33.

<sup>11</sup> Também irmão de Joaquim Sá, José Anastácio da Costa Sá foi um assíduo correspondente de Cenáculo, que, além das suas obras, forneceu ao Bispo de Beja informações sobre as novidades

algumas em latim, os livros e a troca de obras são tema constante. A novidade é o apoio concedido ao Bispo na publicação de algumas obras entre 1794 a 1798<sup>12</sup>. Este apoio surge também documentado nas cartas de Cenáculo a Frei Vicente Salgado e a Frei Plácido Barroco (Vaz, 2009: 68, 184).

As cartas de Joaquim José da Costa Sá merecem um estudo detalhado, particularmente por interessarem para a Filologia e o ensino do Latim. Fornecem elementos sobre o ensino no Colégio dos Nobres, os atos públicos, exames e obras adoptadas. Como não podia deixar de ser, a partir do momento em que Cenáculo abandonou a Corte e partiu para Beja, estas cartas constituíam um meio importante para o bispo se manter informado e a par do que de mais importante acontecia em Lisboa. De facto, algumas das missivas descrevem com pormenor as intrigas e notícias da Corte e actos de censura política. Por exemplo, numa delas, que transcrevemos em anexo, diz que Francisco Costa fora preso por causa de uma *Apologia* que fizera ao Marquês de Alorna<sup>13</sup>.

Um aspeto que gostaríamos de realçar é que nas suas missivas Joaquim Sá vai dando conta da sua atividade de tradutor e latinista, de obras clássicas e textos modernos, em italiano e francês. Assim, por exemplo, na carta já referida e datada de Lisboa (19-02-1781) revela que o Duque lhe mandara traduzir a *Economia Civil*, de António Genovesi, autor que nessa época marcava o pensamento das elites em Portugal, dado que os seus manuais eram adotados no ensino filosófico e jurídico (Vaz, 1997, 2001). É provável que esta tradução estivesse nos planos da recém-criada Academia das Ciências de Lisboa, agremiação interessada em divulgar os conhecimentos úteis e as obras de cariz económico mais recente.

Não falta também nas cartas de Joaquim Sá a notícia sobre as grandes traduções, como a que António Pereira de Figueiredo fez da Bíblia. Aliás, e uma vez que Joaquim Sá tinha

---

literárias que iam surgindo, incluindo dados estatísticos sobre o comércio de Portugal, notícias da Revolução Francesa ou dos principais eventos de Lisboa e mesmo uma crítica a obra de Campomanes. Cf. BPE, Cod. CXXVIII/1-1, [*Cartas e opúsculos de Joaquim José da Costa Sá e de José Anastácio da Costa Sá*], fl. 444 a 445. José Anastácio da Costa Sá foi Oficial da Secretaria dos Negócios da Marinha e Ultramar e autor de traduções de obras poéticas de Racine, de um poema épico, *Principios elementares da arte diplomática*, Lisboa, 1797 e do *Atlas moderno, para uso da mocidade portuguesa*. (1812). Cf. Silva (t. 4, 220-221).

<sup>12</sup> "A obra de V. Ex.<sup>a</sup>. R.<sup>a</sup>. *Piedade Christã* pára na minha mão sem despacho algum; o que me faz desconfiar», BPE, cod. CXXVIII/1-1 [*Cartas e opúsculos de Joaquim José da Costa Sá e de José Anastácio da Costa Sá*], fl. 173. Invoca dificuldades levantadas pela conjuntura revolucionária em França para atrasos de publicações. Diz que não é questão de censura: "pois que não precisa de censura cousa de V. Ex.<sup>a</sup>". *Idem, ibidem*, carta datada de Lisboa (24 de Março de 1794). Nesta mesma carta, informa sobre a continuação dos trabalhos literários para o Dicionário Português da Academia das Ciências.

<sup>13</sup> "[...] tão insolente e insultante em seus princípios, além de mil citações falsas, que quase segundo os mesmos princípios a Fidalguia pôde pôr, e tirar do trono os Nossos Príncipes, e como assim não era graça a restituição das Casas extintas pela Conjuração. [...] Sirva-se V. Ex. destas espécies, e das que pertencem ao Príncipe, sem transpirar". Carta de 19 de Fevereiro de 1781. BPE, Cod. CXXVIII 1-1, fl.107.

o Padre António Pereira de Figueiredo como referência no seu trabalho literário, muitas são as indicações sobre as obras e os projetos do seu mentor:

O Padre Pereira trabalha na Versão de Testamento velho; e além disto tem apresentado á Academia três Dissertações sobre a origem dos Povos de Espanha; sobre a etimologia dos Vocábulos *Espanha*, e *Lusitânia*, e a sua Ortografia; materiais para o tecido da Historia Nacional. Porém ele vive desgostoso; e espera esta nova Forma da Mesa, que dizem sairá brevemente<sup>14</sup>.

As cartas são uma fonte importante para vermos o contexto literário e a sua evolução em finais do século XVIII, a afirmação de uma tendência neoclássica nos cânones literários e do purismo na maneira como se escreve e fala<sup>15</sup>. Os estudiosos da Literatura e da tradução de obras clássicas encontrarão muitos subsídios e informação nesta correspondência. Do mesmo modo, o interesse muito presente sobre as antiguidades, peças arqueológicas, lápides e inscrições vão ao encontro de uma das paixões do Bispo de Beja e anunciam a mentalidade romântica que começava a fazer-se sentir no mundo ocidental.

Relativamente à pedagogia, são os testemunhos de Joaquim Sá sobre o ensino no Colégio dos Nobres que sobressaem. A sequência da correspondência permite constatar que a instituição era no tempo de Pombal a "jóia da coroa" em matéria de ensino, mesmo depois de a reforma da Universidade ter despojado o Colégio da novidade do ensino científico, o Colégio como local onde se reunia a nata da nobreza nacional, continuava a ter, por parte do poder, uma atenção especial, que se traduzia na presença da Corte nos atos públicos, nomeadamente na abertura do ano letivo.

As cartas de Joaquim da Costa Sá constituem uma boa fonte para compreendermos a vida de um "profissional das letras" em finais do século XVIII e vermos os expedientes a que tinha de recorrer para assegurar a subsistência dele e da família. Depois de ter sido afastado do cargo de professor de Latim do Colégio dos Nobres, José Sá, antes de ter conseguido a nomeação para o cargo de secretário do ministério da Marinha (1799), teve de recorrer ao trabalho de tradutor e revisor de textos; empenhou-se na impressão das obras do bispo Cenáculo, servindo de intermediário com os editores, enviando as provas dos textos para o

---

<sup>14</sup> Carta, 18 de Abril de 1781, BPE, Cod. CXXVIII 1-1, fl. 62. Outras obras traduções do P. António Pereira de Figueiredo referidas são: *Lei Latina dos Cristãos Novos* (carta de 17-1-1775, em que diz enviar um exemplar desta obra). Nesta mesma carta, noticia ter sido admitido como sócio da Academia das Ciências e que era nessa qualidade que projetava alguns dos trabalhos literários, além da tradução da Economia Civil de Genovesi. Em carta de 17 de Setembro de 1781, Informa que se iam imprimindo as *Épocas* do Padre Pereira. Noutra, de 31 de Janeiro de 1783, fala sobre o "brilhante" desempenho do Padre Pereira na Academia do domingo anterior.

<sup>15</sup> Em anterior trabalho, centrado na obra de Bento Farinha, analisámos esta tendência purista e muitas vezes de imitação dos autores quinhentistas. Veja-se também o estudo de Gonçalves (2007).

bispo rever e dando notícias frequentes acerca de como estava a decorrer o trabalho de impressão.

Como tradutor, o seu trabalho foi sobretudo de verter para português textos latinos, ou rever textos latinos para corrigir os erros, como por exemplo, a revisão de Constituições das ordens religiosas, de que se queixa estarem cheias de erros e necessitarem de imensas erratas. Além do latim, faz algumas traduções de obras francesas.

Refira-se que os livros são uma constante praticamente em todas as cartas e em muitas são mesmo a matéria principal. Por isso, elas mostram-nos igualmente os gostos literários e as práticas de leitura da elite eclesiástica e da clientela, que vivia à sua volta e que conseguia imiscuir-se no círculo da nobreza de corte. Por outro lado, para agradar aos patronos essa clientela movimentava-se bem no mundo dos livreiros, tendo em vista enviar livros ou simplesmente informações sobre as novidades literárias aos seus protetores.

Tal como outros, Joaquim Sá serve de intermediário de Cenáculo na compra e venda de livros nos livreiros lisboenses, nomeadamente Bertrand e Borel (Vaz, 2009). Mesmo quando as notícias não são animadoras, como em carta que informa ter falado com Bertrand sobre os exemplares das *Memórias Históricas* que Cenáculo lhe referira, e que este dissera " que nada se vende absolutamente" (Carta de 22-07-1780).

A presença constante dos livros demonstra também a afirmação de uma cultura impressa, a par da persistência de um gosto por textos manuscritos, que continuam a ser utilizados (como as próprias cartas) em obras e géneros de pequeno fôlego, ou nas que ainda não chegaram aos prelos, como os panfletos, as gazetas manuscritas, ou as poesias que por vezes são da autoria do próprio Sá, ou dos irmãos, e se norteiam pela prática clientelar que assinalámos<sup>16</sup>.

Na tentativa de aprofundar a nossa pesquisa sobre este intenso intercâmbio literário, inventariamos as menções a livros e leituras, a atividade editorial que surgem nas cartas de Joaquim Sá. Algumas vezes o tema é mesmo o assunto principal ou exclusivo na correspondência, como por exemplo na carta de 24 de Março de 1794, em que revela que o tinham feito censor de uma *Gramática Latina* de um monge de S. Jerónimo, professor em Belém, acrescentando que estava ainda a cuidar das *Lectiones Latinitatis* de Broeder<sup>17</sup>, com versão portuguesa e que eram *excertos de vários Autores Gregos e Romanos*, postos em latim para uso da Universidade de Oxford. Promete, ainda, enviar uma ideia clara da obra. Revela

---

<sup>16</sup> Como por exemplo, quando enviou um exemplar de uma *Elegia* latina, que o irmão José fizera aos *Cuidados Literários*, informando que se havia de licenciar para se imprimir, assim como estava licenciada uma que o irmão fizera aos anos da Sereníssima Princesa Viúva. Carta de 31 de Julho de 1792, BPE, Cod. CXXVIII 1-1, fls. 165 e 166.

<sup>17</sup> Christian Gottlob Broeder (1744-1819), filólogo e latinista alemão.

que tinha consigo a obra *Piedade Christã*, de Cenáculo, sem despacho algum. E conclui esta carta dizendo que havia muita demora nas licenças para várias obras, relacionando-a com o melindre da corte em relação aos Franceses. Diz que o seu Mestre, António Figueiredo, tinha passado a manhã a ler o *Livro Memórias Históricas* que fora no dia anterior ao *Pode Correr*<sup>18</sup>.

Inventariámos 164 menções a leituras, bibliotecas e à livros impressos e outros textos de diversa categoria, nomeadamente, panfletos e editais. Organizando essa informação e começando pelas práticas de leitura, que são apenas 3, numa delas afirma que a Rainha mãe chorou ao ler as pastorais de Cenáculo, que Joaquim Sá levou à Corte, depois de as ter mandado *encadernar com capas de papel dourado, com guardas de papel pintado, e douradas e brunidas pelas folhas*<sup>19</sup>.

Quanto a bibliotecas, as referências que surgem são à fundação da Real Biblioteca Pública, em 1797 e, sobretudo, à generosa doação que Frei Manuel do Cenáculo enviou e que consistiu numa valiosa coleção bibliográfica, onde avultavam uma Bíblia manuscrita do século XII, o Novo Testamento editado pelo impressor inglês Baskerville e os manuscritos arábico-orientais (Cf. Carta de 25 de Maio de 1797, em anexo). Além destas preciosidades, a doação incluiu uma coleção de mapas, antiguidades e um monetário de 2100 peças. Todas estas preciosidades despertaram a curiosidade da elite intelectual lisboeta e da corte, que, tal como diz Joaquim Sá, ficaram todos *hiantibus oribus*<sup>20</sup>.

À criação da Real Biblioteca Pública dedica Joaquim Sá cinco cartas, entre 1796-1801, que são uma boa fonte para perceber o impacto da doação do Bispo e para compreender também como se inscreveu na prática característica das sociedades de antigo regime, em que os donativos tinham subjacente o interesse de obter benesses para o benfeitor. De facto, o que as cartas de Joaquim Sá nos mostram é que esta doação passou pelas diligências do Ministro de Estado D. Rodrigo de Sousa Coutinho e esteve associada, por um lado, à obtenção de uma renda pecuniária para Cenáculo, que se consubstanciou no pagamento dos ordenados de Presidente do subsídio literário no tempo de Pombal<sup>21</sup> e, por outro lado, na nomeação de Cenáculo para Arcebispo de Évora em 1803<sup>22</sup>.

---

<sup>18</sup> BPE, Cod. CXXVIII 1-1, fls. 173 e 174. Sobre a obra de Boroeder dará informação mais detalhada na carta seguinte, diz que se dividia em duas partes: a primeira - *Lições de Latinidade* e a segunda - *Lições de Eloquência* - e prometendo enviá-la mandaria pelo correio Gamito o que houvesse de prova.

<sup>19</sup> Carta de 21 de Novembro de 1780. As outras duas referências são uma a seu Mestre o P. António Pereira de Figueiredo que estivera toda a conferencia da Mesa Censória a ler as Memórias Históricas de Cenáculo. Carta de 24 de Março de 1794.

<sup>20</sup> Carta de 25 de Maio de 1797, BPE, CXXVIII 1-1, fl. 92

<sup>21</sup> Vejam-se: Dias (1976), Pereira (2005: 75-76), Domingos (2006: 11) e Vaz (2009).

<sup>22</sup> Anote-se nas seguintes passagens das cartas de Joaquim Sá: "Eu havia já anunciado na antecedente, que o Excelentíssimo Senhor D. Rodrigo de Sousa Coutinho, quando tomou posse daquela Inspeção, se encarregara de pôr na augusta Presença do Príncipe Regente Nosso Senhor este negócio [...], ora diga-

Nos livros, seja nos impressos, seja nos manuscritos, predominam os textos de carácter religioso, as bíblias e versões bíblicas, no original ou traduzidas. Em matéria de obras de religião e instrução religiosa, as cartas estão repletas de referências a bibliografia de Frei Manuel do Cenáculo: pastorais, Cuidados Literários e obras sobre a Província da Terceira Ordem de S. Francisco. Como dissemos, as referências aos clássicos e traduções de autores clássicos denotam a importância que o classicismo tinha, quer no ensino, quer nas leituras das elites intelectuais; os que surgem referidos nas cartas são: Cícero, Horácio, Nepote. Há também referência a coletâneas ou antologias europeias neste domínio dos clássicos: *Collecção* de Chompré, latinista e jesuíta, e as já citadas *Lectiones Latinitatis* de Broeder.

Outro aspecto que a correspondência de Joaquim Sá retrata são os aspectos da vida familiar: as dificuldades financeiras, as doenças, a atitude com as crianças, ou com os afectos. Este retrato da pequena história ou, se preferirmos, do drama existencial de cada um, está muito mais presente na correspondência de Alexandre Faria Manuel, que analisaremos mais adiante. Relativamente aos afectos e particularmente ao casamento, numa das missivas Joaquim Sá explica ao seu protetor como decidiu o seu casamento, em 1782, pedindo a bênção de Cenáculo:

Querendo eu ausentar-me para Inglaterra, se opôs e embaraçou este meu projeto o Senhor Joaquim de Oliveira, e obrando a meu respeito ações eficazes e favorecedoras, nasceu entre nós uma harmonia tão vinculada, que se estreitou a comunicação e familiaridade, da qual com o andar do tempo se originou *uma recíproca e inocente afeição* entre mim, e a sua Filha mais velha a Senhora D. Ana Maria, (...); e como porém estas não possam conseguir uma venturosa dita sem a bênção, favor, e proteção de Vossa Excelência Reverendíssima, me resolvo a comunicá-las a Vossa Excelência Reverendíssima segundo prometi, para que dignando-se Vossa Excelência Reverendíssima aprová-las, e abençoá-las, eu me julgue em todo o sentido pelo mais feliz e venturoso<sup>23</sup>.

Deduz-se da carta, e do modo como se descreve a afeição pela futura mulher, que o casamento se assemelhou a uma espécie de contrato, em concordância com a vontade e interesses do pai da noiva e certamente também do interesse do noivo. Ou seja, o casamento

---

me Vossa Excelência Reverendíssima em franqueza; e logo, que Partido deseja se tome sobre o modo, e natureza da Recompensa, que há certamente de exceder uma boa parte mais do seu valor; se dinheiro logo de contado, ou se uma Pensão anua, que Vossa Excelência Reverendíssima aplique àquele fim que lhe agradar. Este abrimento deve ser tácito, e comigo somente; não obstante que espero que Vossa Excelência Reverendíssima dirija por mim uma Carta de agradecimento *in genere* a Sua Excelência pelo modo, com que quer que Sua Alteza Real atenda ao merecimento, e justiça de sua Doação" (Carta de 13 de Janeiro de 1801, BPE, CXXVIII 1-1, nº 109). "Entreguei imediatamente ao meu Ministro a Carta, que Vossa Excelência lhe dirigiu; e no momento favorável espero poder corresponder ao amor de Vossa Excelência solicitando os interesses de Vossa Excelência que se acham pendentes" (Carta de 10 de Fevereiro de 1801, BPE, CXXVIII 1-1, fl. 111).

<sup>23</sup> Carta de 7 de Setembro de 1782, BPE, Cod. CXXVIII 1-1, fl.130.

surge como um bom negócio em que se reforçam os laços clientelares com o protetor, que também era parente da noiva e, por isso, dada a situação de dependência em que Joaquim Sá se considerava, solicita a concordância e bênção de Cenáculo. Mais do que aos pais é ao patrono que se quer agradar e de quem se quer receber o aval. O amor, se existiu nesta relação, traduziu-se na expressão inócua: *uma recíproca e inocente afeição*. Os laços clientelares com Cenáculo seriam reforçados com o nascimento do primeiro filho e com o convite dirigido a Frei Manuel do Cenáculo para ser padrinho do pequeno José.

## 2.2. CORRESPONDÊNCIA DE ALEXANDRE FARIA MANUEL

O outro fundo que analisámos é o conjunto das cartas de Alexandre Ferreira Faria Manuel, que reúne um total de 111 documentos, datados entre 1772-1786, que resumimos e transcrevemos no âmbito do projeto de investigação sobre o espólio de Cenáculo<sup>24</sup>. Pouco se sabe de Alexandre Manuel. A notícia biográfica que podemos dar resulta das cartas e documentos enviados a Frei Manuel do Cenáculo. Faria Manuel exerceu o cargo de Secretário da Repartição dos Estudos na Mesa Censória, durante o tempo em que o Bispo de Beja foi seu Presidente. Com o afastamento de Cenáculo, rapidamente caiu em desgraça e viria mesmo a ser acusado de desviar livros da Mesa, preso no Limoeiro e, posteriormente, recambiado para fora de Lisboa, para a vila do Rabaçal.

As Cartas de Alexandre Manuel cobrem os anos em que Frei Manuel do Cenáculo exerceu o cargo de Presidente da Real Mesa Censória (1770-1777)<sup>25</sup>, e o período dos primeiros anos do governo mariano. Podemos dividir esta correspondência em três períodos distintos: o primeiro que vai até Maio de 1777, o segundo até a prisão do Secretario da Mesa, em que descreve com pormenor as acusações de que foi alvo e depois a sua prisão, em Outubro de

---

<sup>24</sup> Desses 111 documentos, 97 são cartas dirigidas a Frei Manuel do Cenáculo entre 1772-1786 os restantes são documentos anexos e cartas diversas: 3 cartas do Marquês de Pombal a Cenáculo; Carta de Manuel Vieira de Mendonça a Alexandre Ferreira de Faria Manuel. (07 de Janeiro de 1772); Carta de João José de Faria da Costa e Abreu Guião a Alexandre Ferreira de Faria Manuel (05 de Fevereiro de 1772); Carta de Álvaro Luís da Guerra Ferreira Vinagre a Alexandre Ferreira de Faria Manuel (11 de Janeiro de 1775); Carta de José Dias Pereira ao secretário da Mesa Censória. (21 de Março de 1775); Documento sobre raridades "da humana e provida natureza" (06 de Abril de 1775); Carta de Alexandre Ferreira de Faria Manuel a Frei Vicente Salgado (15 de Julho de 1777); Carta de Alexandre Ferreira de Faria Manuel a Frei Vicente Salgado (21 de Outubro de 1777; Carta de Francisco António da Fonseca a D. Maria Joaquina de Mascarenhas. (29 de Fevereiro de 1780); Carta de Bernardo de Antas de Cunha e Brito a Alexandre Ferreira de Faria Manuel. (20 de Janeiro de 1785); Cópia da carta com determinações da Rainh. (14 de Janeiro de 1786); Carta de João António Sanches a Alexandre Ferreira de Faria Manuel.

<sup>25</sup> A partir de 7 de Dezembro de 1768, Cenáculo é Deputado Ordinário da Real Mesa Censória e em 16 de Março de 1770 foi nomeado Presidente, cargo que manteve até ao fim do consulado pombalino, em 1777. Cf. Marcadé (1979: 59-79).

1777, e o último os anos de exílio, vale dizer, a retirada para o Rabaçal e depois para a sua quinta da Ameixoeira, próximo da capital.

Até 1777 Alexandre Manuel transmite ao Presidente da Mesa Censória o essencial sobre o que ocorre nas “conferências” da mesa, dedicadas a uma análise das obras que vão à censura e de outros assuntos da vida literária e pedagógica. Como é sabido a Mesa não só censurava tudo o que se publicava no reino, como também tinha jurisdição e zelava pelo ensino e os estabelecimentos de ensino, como o Colégio dos Nobres e as aulas de Estudos Menores<sup>26</sup>. Por isso, abundam os assuntos relativos ao movimento de professores, licenças para ensinar, ou licença para os professores se ausentarem para irem a sua pátria, quando eram estrangeiros. Do mesmo modo, caíam sobre a alçada censória a manifestações públicas, festas, sermões, e outras do género. Por exemplo, logo numa das primeiras cartas, o secretário informa que chegara à Mesa um pedido para se vender talco de várias cores e destinado aos festejos do Entrudo, pedido que não foi atendido<sup>27</sup>.

Em alguns casos (5) envia mesmo a minuta do que aconteceu em cada uma das conferências, noutros descreve em carta (7) o que de mais importante se decidiu. Num e noutro caso, o seu testemunho permite acompanhar a atividade censória, ver as questões que levantavam mais celeuma e as que, à cabeça, eram motivo para não dar o indispensável “pode correr” as publicações. Entre elas, as obras e sermões conotados com o sigilismo, por ter sido uma corrente encarada por Pombal como congregando o alto clero contra o seu governo e política centralizadora (Vaz, 2009b: 84). Era também atribuição da Mesa passar as licenças especiais a determinadas pessoas, para poderem ler as obras consideradas proibidas<sup>28</sup>.

No testemunho de Alexandre Manuel sobressai também as dificuldades de compreender onde começavam e terminavam as competências da Mesa como, por exemplo, numa questão levantada pelos cegos de Lisboa para que se não permitisse, aos vendedores ambulantes venderem livros e papéis, tendo chegado mesmo o Conservador dos cegos a solicitar ao Ministro do Reino a prisão de um vendedor. O caso resultava do facto de os cegos terem o exclusivo da venda ambulante de livros, importante para a sua sobrevivência. O vendedor, que foi efetivamente preso, recorreu para a Mesa e o seu requerimento levantou

---

<sup>26</sup> Assim, em carta de comunica que através de um aviso Real, o Marques de Pombal participava à Mesa a “Licença de oito meses, que Sua Majestade concedeu a João António de La Bella Professor de Fisica Experimental no Colégio dos Nobres para poder ir á Itália sua pátria”. Carta de 23 de Janeiro de 1772.

<sup>27</sup> Carta de 30 de Janeiro de 1772, BPE, CXXVIII 1-10, fl. 133-134.

<sup>28</sup> O P. António Pereira de Figueiredo numa conferência defendeu que uma vez ser jurisdição da Mesa passar as licenças, “se registassem as petições das pessoas, ou Comunidades que pedissem licença para terem ou lerem livros proibidos”. A proposta seria considerada desnecessária, uma vez que os pedidos estavam registados e a eles era anexo o despacho. BPE, Cod. CXXVIII 1-10, fl. 12, Conferência de 23 de Janeiro de 1772.

dúvidas se tal competência cabia ou não à Mesa, ou era competência direta de Sua Majestade. Depois de muito debate, acabou por se remeter a questão para o ministro decidir da liberdade ou não do vendedor de livros e esperar que o presidente da Mesa decidisse o que fazer com as petições<sup>29</sup>.

O segundo período das cartas de Alexandre Manuel, refere-se aos primeiros meses do governo mariano, quando a mudança de política originou na Mesa a tradicional mudança das cadeiras e lugares. Ontem, como hoje, quando o poder muda, mudam os acólitos. Por isso, logo a partir de finais de Abril, e coincidindo para o secretário com um período de doença, começam a surgir as intrigas e acusações diversas ao trabalho do secretário da Repartição dos Estudos. São os professores de Retórica de Beja que se queixam de que o secretário levava indevidamente uma propina de 1.080 réis pelas apostilas e, depois, um oficial da secretaria que, como Alexandre Ferreira, refere estava desejoso de ocupar o seu lugar, torna público que o secretário levava indevidamente 480 réis pelas certidões de estudantes<sup>30</sup>.

Mas depois vieram as acusações mais graves de desvio de livros. Em 10 de Maio, um tal Manuel António, chamado o Filho da Velha, apresentou na Mesa uma petição contra o secretário, pelo facto de que *metera nas Licenças 16 originais os quais todos lá lhe ficaram, uns em poder de Vossa Excelência e outros que eu vendi*<sup>31</sup>. Mas a acusação mais grave partiu do livreiro Roland, que enviou requerimento à Mesa para que o secretário lhe pagasse os livros constantes de um rol, livros que enviara a Mesa, naturalmente, para obterem a licença e que não lhe tinham sido devolvidos<sup>32</sup>.

A acusação de Rolland envolve também o Bispo de Beja, porque no rol que Alexandre envia ao seu patrono alguns estão anotados como estando com Cenáculo. O livreiro Roland foi também uma das testemunhas que viriam a incriminar o secretário e levá-lo à perda do lugar, prisão, condenação de degredo para fora de Lisboa. De acordo com esse rol, o desvio de obras foi avaliado em 103.200 réis, comprometendo-se o bispo de Beja a pagar o *Bocacce*, editado em Londres e com figuras<sup>33</sup>, avaliado em 19.200 réis e, portanto, o resto caberia ao secretário. Uma análise quantitativa e qualitativa deste rol permite comprovar dados

---

<sup>29</sup> “[...] tornaram todos a falar e se mandou finalmente que informasse o Ministro: param em meu poder as Petições, esperando a vontade, e resolução de Vossa Excelência nesta matéria”. BPE, Cod. CXXVIII 1-10, fl. 26. Carta de 30 de Janeiro de 1772.

<sup>30</sup> Carta de 4 de Maio de 1777, BPE, Cod. CXXVIII 1-10, fl. 16.

<sup>31</sup> Carta de 7 de Maio de 1777, BPE, Cód. CXXVIII 1-10, fl. 18-19.

<sup>32</sup> “Porque Roland diz que meteu tais Livros, e se lhe não entregaram Logo eu devo paga-los”. Carta de 28 de Maio de 1777, BPE, Cód. CXXVIII 1-10, fl. 26 -28.

<sup>33</sup> Pensamos tratar-se de uma obra de Boccaccio, provavelmente o *Decameron* em versão manuscrita; mas pelos dados apresentados é difícil identificar o autor e a obra, que pelo preço é das mais caras do conjunto, certamente por causa das figuras.

importantes para a História do Livro, nomeadamente, no que se refere aos preços de venda das obras estrangeiras e sua circulação.

## QUADRO 2 – Rol de Livros apresentado por Rolland

Jogos	Autor/ Obra	Vols. Obra	Vols. Total	Formato	Preço por título	Preço Total (em réis)
4	Diogenes Moderne	2	8	8	800	3.200
1	Contes de La Fontaine	2	2	8	12.000	12.000
1	Bocacce, Fig. Londres (m)	5	5	8	19.000	19.000
2	Philosophie de La Nature	4	8	12	1.440	2.880
6	Belisaire de Marmontel	1	12	12	600	3.600
6	Letres Persanes	2	12	12	720	4.320
4	Questions sur Le Enciclopedie	9	36	8	7.200	28.800
3	Antiquite de voile	3	9	12	1.800	5.400
6	Histoire Philosophique des Andes	6	12	4	4.000	24.000
<b>Totais</b>		<b>34</b>	<b>104</b>		<b>47.560</b>	<b>103.200</b>

(Fonte: BPE, Cód. CXXVIII 1-10, fl. 26- 28)

O rol merece uma análise qualitativa. Em primeiro lugar, anote-se que algumas das obras estão repetidas, o que pressupõe que eram muito procuradas. A nossa pesquisa permitiu identificar a grande maioria das obras. Assim, o *Diogenes Moderne* é uma obra escrita pelo jesuíta Jean-Louis Castilhon que, em dois volumes e usando um estilo epistolar, refuta as ideias de Jean-Jacques Rousseau e de Voltaire<sup>34</sup>. O *Belisario* é o romance *Belisaire*, da autoria de Jean François Marmontel (Paris, 1767); o autor, utilizando a figura de Belisário, general do tempo do imperador Justiniano, faz uma crítica à atuação de Luís XV<sup>35</sup>. O artifício literário era muito utilizado em França, na época pré-revolucionária, como refere Robert Darnton, que também nos indica a lista de obras proibidas com maior circulação (Darnton, 2000). Entre elas, dois *bestsellers*, que constam neste rol de Alexandre Manuel; as *Lettres Persanes*, um romance epistolar de Montesquieu (Amesterdão, 1721) e as *Question sur l' Encyclopédie* de Voltaire. Outra obra que consta no rol e que foi também muito procurada na segunda metade de setecentos é a *De la Philosophie de la Nature* (Amsterdão, 1770), de Jean Sales, um livro

<sup>34</sup> Jean-Louis Castilhon: *Le Diogène moderne, ou le Désapprobateur*, A Bouillon, 1770. Consultámos o 1º volume (395 p.); 30 cartas. Disponível em: [http://books.google.pt/books?id=sE46C3SPfhYC&hl=pt-PT&source=gbs\\_navlinks\\_s](http://books.google.pt/books?id=sE46C3SPfhYC&hl=pt-PT&source=gbs_navlinks_s)

<sup>35</sup>Foi obra proibida em França antes da Revolução.

Disponível em: [http://books.google.pt/books?id=bbkFAAAAQAAJ&pg=PP11&hl=pt-PT&source=gbs\\_selected\\_pages&cad=3#v=onepage&q&f=false](http://books.google.pt/books?id=bbkFAAAAQAAJ&pg=PP11&hl=pt-PT&source=gbs_selected_pages&cad=3#v=onepage&q&f=false)

que resume a filosofia do direito natural e também um sucesso, em 1789 ia já na sua 5ª edição<sup>36</sup>.

O rol vem assim comprovar que a circulação de livros proibidos e a sua leitura eram uma realidade, e que as nossas elites tinham acesso às novidades literárias em voga no estrangeiro com relativa facilidade.

Devemos também tomar em consideração a informação que Alexandre Ferreira dá de que Rolland estava a exagerar o preço de cada obra, porque aos preços praticados no mercado o rol devia ser avaliado apenas em 89.800 réis. De qualquer modo, uma biblioteca de nove obras estrangeiras, 34 volumes, acabava por não estar ao alcance de qualquer bolsa, sobretudo se as obras tivessem figuras, como os contos de La Fontaine, que na carta diz serem estampados, perguntando se porventura o Bispo os tem com ele<sup>37</sup>.

A questão remete para a organização da Mesa e a sua atividade de censura de obras que ali davam entrada, de apreensões feitas na alfândega e também da venda de livros, muitas vezes dobrados, que eram comprados por livreiros ou mesmo papeleiros. Pelo que se depreende da correspondência, a Mesa vendia muitos livros, sobretudo os dobrados, e não havia uma contabilidade rigorosa dos livros saídos, mesmo daqueles que alguns levavam da Mesa, como o próprio Bispo Cenáculo fazia. Anote-se na seguinte passagem:

Acrescentou o Arcebispo que o dito Padre Tomás Ihe dissera que Vossa Excelência continuamente levava Livros, e que quando se fora mandara alguns Exemplares deles; respondi eu não foram alguns Exemplares foram três carros; e alguns mariolas carregados. Tornou o Arcebispo: Mas perguntei ao Padre Tomás se havia Rol dos que foram, ou dos que vieram, e disse-me que não; e sempre foi mau saírem Livros sem ficar disso Lembrança para que quando voltassem, se voltassem ver se faltavam alguns. Respondi: Não adivinhava o Senhor Bispo de Beja que se havia de fazer dele o baixo conceito de que ficaria indevidamente com uma coisa. Engoliu em seco: disse-me Também há noticia de que se tem vendido alguns: Isso é certo Ihe respondi: E o dinheiro? me perguntou! Entregá-lo-ei; tornei a dizer. Dos Livros dobrados vendi muitos utilizei-me do dinheiro agora pagá-los-ei. Continuou sempre foi mau não ficarem estas coisas assentadas. Respondi: Muitas coisas vejo eu ainda sem Assento<sup>38</sup>.

Portanto, até o próprio Secretário confirma o desleixo relativamente à saída de livros e sua entrega e, inclusive, como ele próprio vendeu muitos livros. Mesmo assim, as acusações contra o secretário acalmariam alguns meses até final de Setembro, continuando ele no exercício do cargo. Mas em Outubro foi acusado, preso a 2 desse mês, libertado por volta de

---

<sup>36</sup> Disponível em : [http://books.google.pt/books?id=e9DYAUWdBjkC&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](http://books.google.pt/books?id=e9DYAUWdBjkC&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false). Não conseguimos identificar as Duas obras mencionadas no fim do rol: *Antiquite de voile* e *Histoire Philosophique des Andes*.

<sup>37</sup> Carta de 28 de Maio de 1777, BPE, Cod. CXXVIII 1-10, fl. 26-28.

<sup>38</sup> Carta de 10 de Junho de 1777, BPE, Cod. CXXVIII 1-10, fl.29.

27; tentou fugir a 3 de Novembro, mas viria a ser capturado em Mértola e recambiado de novo para a cadeia, donde sairia para ir cumprir a pena a 30 léguas de Lisboa, escolhendo a vila do Rabaçal, onde chegou a 19 de Novembro<sup>39</sup>.

A descrição que deixa nas cartas a Cenáculo sobre o processo que lhe foi movido, demonstra desvios maiores de livros. Em causa estão os fundos provenientes das livrarias dos jesuítas, em grande parte transferidos para a Mesa Censória, e que viriam a ser o núcleo principal para criar a biblioteca da Mesa, delimitada por Cenáculo e que depois transitaram para a Real Biblioteca Pública em 1797. Relativamente a esses livros dos jesuítas a ideia que Alexandre Manuel transmite é a de que, pouco valiam e que, de facto, não eram assim tantos como o vulgo dizia ou pensava, nem tinham obras de especial valor como escreveu em carta datada de 3 de Novembro 1777 (cf. Anexo). Nesta mesma carta, dá conta de que outros livros eram objecto de trato mais intenso, dada a natural curiosidade que despertavam no público letrado da capital. Referimo-nos aos livros proibidos, que a Mesa apreendia nas alfândegas e depois eram vendidos como ele diz aos interessados

E tornando a falar sobre Livros proibidos, e sobre Livros vendidos; respondi = Não duvido que se tenham vendido Livros proibidos da Mesa, e outros que eu não saiba; pois é certo, e indubitável que haverá três anos um homem que tem loja de papeis, e de livros na Casa do Rubi ao Arsenal disse ao Padre Bernardo de Couto que é Capelão em Santo António, que um oficial da Mesa Censória lhe fora vender um saco de Livros, e que mandando (ele José) examinar, e ver que Livros eram achou que todos eram Livros proibidos, por cujo motivo lhos entregava outra vez: e que eu era testemunha de vista de ver na mesma loja alguns Livros que certamente tinham sido extraídos da Secretaria da Mesa; e eu mesmo dissera ao tal José que dissesse a quem lhos tinha vendido, que vendo-os eu dissera que eram furtados da Mesa e que assim bom era examinar isto porque não era justo se me imputasse o que outro tinha feito (cf. Anexo Carta de 3 de Novembro de 1777).

O degredo de Alexandre Manuel na vila do Rabaçal foi de seis meses e corresponde ao início da terceira fase desta correspondência com o Bispo de Beja. São cartas repletas da “pequena história”, que já referimos, com uma descrição acentuada das suas dificuldades financeiras, esperando e conseguindo sempre algum donativo monetário de Cenáculo, falando das suas doenças que, naturalmente, a idade ia acentuando. Já quando estava em Lisboa dava conta de ter problemas de bexiga, ao ponto de ter de recorrer ao cirurgião com frequência. No Rabaçal, esse e outros problemas agravaram-se. Por isso, estas cartas também nos permitem ver como as pessoas viviam as enfermidades, como se sentiam desamparados e sós e como finalmente, viviam a dor, e como a medicina muitas vezes agravava os males (Cf. Carta de 19 de Dezembro 1777, em anexo).

---

<sup>39</sup> Carta de 19 de Novembro de 1777, BPE, Cód. CXXVIII 1-10, fl.75.

As cartas que depois escreveu da sua quinta da Ameixoeira, próxima de Lisboa, continuam neste estilo familiar e doméstico. As muitas dívidas que contraíra e o pagamento das sanções aplicadas trazem os efeitos esperados, os credores pedem o arresto de todos os seus bens<sup>40</sup>, e por isso, os pedidos de apoio multiplicam-se. Uma leitura atenta das cartas permite levantar a suspeita de uma certa chantagem por parte de Alexandre Manuel. De facto, numa delas diz remeter um rol: “eu não remeto a Vossa Excelência este Rol, e esta Carta, como quem pede uma dívida; mas sim como quem suplica uma esmola”<sup>41</sup>. Passados alguns meses, o donativo de Cenáculo chegou: “Quinta-feira 17 do presente Mês recebi vinte moedas de oiro do Reverendíssimo Senhor Definidor Geral, pelas quais beijo a Vossa Excelência os pés em demonstração do meu agradecimento”<sup>42</sup>. Este não seria o último pois outros se seguiram, dado que além dos bens móveis, Alexandre Manuel foi ameaçado de penhora da quinta, o que viria a ser comutado para pagamento de uma quantia correspondente a seis meses de rendimento<sup>43</sup>.

Todas estas dificuldades, acrescidas de uma descrição de factos curiosos e mexericos a que as populações se entregavam, dão a estes documentos um valor histórico acrescido. Com efeito, além das dívidas e da inclemência dos sequestradores, que até as portas da quinta levaram, são noticiadas superstições a que a população se entregava<sup>44</sup>.

### 3. NOTAS FINAIS

A análise feita a estes dois correspondentes de Frei Manuel do Cenáculo constitui um exemplo das potencialidades históricas deste tipo de fontes. Tem-se referido a importância da falta de estudos neste domínio (Monteiro, 2000: 9-22). Faltam também estudos transdisciplinares, onde se conjuguem os contributos de diversos domínios científicos, nomeadamente, os da Literatura, da História, da Pedagogia e da Ciência da Informação. Temos sublinhado a importância da correspondência e dos correios como meio de informação

---

<sup>40</sup> “No sequestro que se me fez até a roupa que estava para ir á Lavadeira Levaram; nem hum única Cadeira deixaram a minha mulher. Hum único Colchão que havia da sua cama, esse Levaram, deixando-lhe só o xergão de Palha: daqui se pode conhecer o que estes senhores usaram; deixaram porem tudo o que era roupa, e fato de mulher”. Carta de 23 de Março de 1778, BPE, Cód. CXXVIII 1-10, nº 98 e 99.

<sup>41</sup> Carta de 23 de Março de 1778, Cód. CXXVIII 1-10, fl. 82 e 83.

<sup>42</sup> Carta de 22 de Setembro de 1778, BPE, Cód. CXXVIII 1-10, fl. 86 - 87.

<sup>43</sup> “Rogo a Vossa Excelência pela sua vida e saúde, e pela vida, e saúde da Senhora Dona Antónia minha senhora, e pela sagrada morte e paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo me queira fazer a mercê, e esmola de me mandar as ditas vinte moedas com a maior brevidade que lhe for possível; pois tenho ordem de dar os ditos 91\$160: até quinze de Fevereiro com pena de penhor”. Carta 24 de Janeiro de 1780, BPE, Cód. CXXVIII 1-10, fl. 98- 99.

<sup>44</sup> Por exemplo, numa das cartas descreve pormenorizadamente como um monge se entregava a enganar a população dizendo que a irmã estava possuída pelo demónio, com quem ele fingia dialogar diante dos incrédulos. Cf. Carta de 26 de Julho de 1779, BPE, Cód. CXXVIII 1-10, fl. 90.

e comunicação nas sociedades pré-industriais, onde as notícias e a informação se inscreviam num quadro espacial e temporal bem diferente do nosso. Neste quadro, os correios e as cartas eram sem dúvida um dos mais importantes meios para as pessoas assegurarem a comunicação.

Com a leitura que fizemos neste trabalho reforçam-se essas ideias: por um lado, o facto de a informação ter nas sociedades de início da época contemporânea uma importância na vida dos homens que muitas vezes a historiografia tem subestimado e, por outro, a necessidade de fazer os referidos estudos de cariz transdisciplinar para uma melhor compreensão das fontes.

Para o conhecimento histórico, anotámos que, com os testemunhos de personagens secundárias, caracterizadas por um discurso subjectivo e próprio da micro história, será sempre mais fácil compreender os contextos em que os “grandes acontecimentos” surgiram, como foram vividos pelos contemporâneos e qual o papel que os homens neles desempenharam. Por outro lado, numa época que ainda não conhecia a fotografia, o realismo que muitas vezes é colocado nas descrições cumpre o papel da imagem e traz-nos o testemunho de atitudes, comportamentos e ideias que normalmente estão ausentes das fontes oficiais e dos livros. Neste sentido, as cartas tornam-se fonte importante para o estudo da vida quotidiana, dos ambientes domésticos e das dificuldades existenciais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fontes

Biblioteca Pública de Évora, Cod. CXXVIII / 1-1, *Correspondência de Joaquim José da Costa Sá a D. Frei Manuel do Cenáculo*, fl. 117.

Biblioteca Pública de Évora, Cod. CXXVIII / 1-10, *Correspondência de Alexandre Ferreira Faria Manoel a D. Frei Manuel do Cenáculo*, fl. 121.

### Outras Obras

BURKE, Peter (1990): *Sociologia e História*, Lisboa: Afrontamento.

CASTILHON, Jean-Louis (1770): *Le Diogène moderne, ou le Désapprobateur*, A Bouillon, 1º vol., 395p. 30 cartas. Disponível em: [http://books.google.pt/books?id=sE46C3SPfhYC&hl=pt-PT&source=gbs\\_navlinks\\_s](http://books.google.pt/books?id=sE46C3SPfhYC&hl=pt-PT&source=gbs_navlinks_s) [Consultado em 20-9-2013].

CENÁCULO, Manuel do (1791): *Cuidados Literários*. Lisboa: Oficina de Simão Thadeo Ferreira.

- CHARTIER, Roger (1991): "Des "secrétaires" pour le peuple ? Les modèles épistolaires de l'Ancien Régime entre littérature de cour et livre de colportage". In : Roger Chartier dir., *La Correspondance. Les usages de la lettre au XIXe. Siècle*, Paris.
- CHARTIER, Roger (1999): "Livres, Lecteurs, lectures". In: *Le Monde des Lumières*. Paris: Aubier, 284-315.
- CURTO, Diogo Ramada et alii (2007): *As gentes do Livro. Lisboa, século XVIII*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- DARNTON, Robert (2000): "An Early information Society. News and media in eighteenth-century Paris". *The American Historical Review*, nº 105. Disponível em: [http://www.historians.org/info/aha\\_history/rdarnton.htm](http://www.historians.org/info/aha_history/rdarnton.htm) [consultado em 19-9-13].
- ESPANCA, Túlio (1981-1982): "Subsídios para a História da Biblioteca Pública de Évora". *Revista a cidade de Évora*, nº 63-64, 193-267.
- FARIA, Manuel Severim de Faria (2003[1655]): *Notícias de Portugal*. Introdução e notas de Francisco Vaz. Lisboa: Colibri.
- GONÇALVES, Maria Filomena Gonçalves (2007): "Recreação filológico-linguística com a geração de Cenáculo". *Revista de Letras, Série II, Dezembro, CEL/UTAD*, 37-51.
- GUSMÃO, Armando Nobre de e António Leandro Sequeira ALVES (1956): *Catálogo da Correspondência dirigida a D. Fr. Manuel do Cenáculo*, vol. 6. Évora.
- GUSMÃO, Armando Nobre de (1944-1948): *Catálogo da Correspondência dirigida a D. Fr. Manuel do Cenáculo*, 5 vols. Évora.
- MARCADÉ, Jacques (1978): *Dom Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas. Évêque de Beja, Archevêque d' Evora (1770-1814)*: Paris: Centro Cultural Português – Fundação Calouste Gulbenkian.
- MARMONTEL, Jean François (1767): *Belisaire*, Amsterdam : Chez Merlin.  
Disponível em: [http://books.google.pt/books?id=bbkFAAAAQAAJ&hl=pt-PT&source=gbs\\_navlinks\\_s](http://books.google.pt/books?id=bbkFAAAAQAAJ&hl=pt-PT&source=gbs_navlinks_s) [Consultado em 20-9-2013].
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo ed. (2000): *Meu Pai e meu Senhor muito do meu coração. Correspondência do conde de Assumar para seu pai, o marquês de Alorna*, Lisboa: Quetzal Editores.
- PEREIRA, José Esteves Pereiran (1989): *O pensamento político em Portugal no Século XVIII*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- SALES, Jean (1770): *De la philosophie de la nature: ou, Traité de morale pour l'espece humaine, tiré de la philosophie et fondé sur la nature*. Amsterdam.  
Disponível em: <https://play.google.com/store/books/details?id=hosHAAAAQAAJ&rdid=book-hosHAAAAQAAJ&rdot=1>
- SILVA, Francisco Inocêncio da (1858-1923): *Diccionario bibliographico portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VAZ, Francisco (2002): *Instrução e Economia. As ideias económicas no discurso da Ilustração Portuguesa*. Lisboa: Colibri.
- VAZ, Francisco (2006): "A ideia de Biblioteca Pública em Portugal nos séculos XVIII e XIX". Coordenação de Avelino de Freitas Menses e João Paulo Oliveira Costa coord., *O Reino, as Ilhas e o Mar Oceano – Estudos de Homenagem a Artur Teodoro de Matos*, vol.